

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEY DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Rua Estanislau Eloy, s/nº - Bairro Castelo Branco
João Pessoa-PB, CEP 58050-585
- <https://hulw-ufpb.hubrasil.gov.br>

Termo de Referência - SEI
Processo nº 23539.004359/2026-21

1. DO OBJETO

1.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos médico-hospitalares, com intuito de atender à demanda da HUBBRASIL, unidade hospitalar Hospital Universitário Lauro Wanderley (HULW-UFPB), conforme quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

| ITEM | EQUIPAMENTO | CATMAT | UNIDADE | QUANTIDADE HULW | GARANTIA 12 MESES | GARANTIA 24 MESES | GARANTIA 36 MESES | INSTALAÇÃO | TREINAMENTO OPERACIONAL | TREINAMENTO TÉCNICO | MANUAL TÉCNICO | CALIBRAÇÃO | QUALIFICAÇÃO |
|------|--|--------|---------|--------------------|----------------------|----------------------|----------------------|------------|----------------------------|------------------------|-------------------|------------|--------------|
| 1 | Laser Fotocoagulador | 420000 | UN | 2 | | | X | X | X | X | X | X | |
| 2 | Criocagulador para Oftalmologia | 383662 | UN | 2 | X | | | X | X | X | X | X | |
| 3 | Nasolaringoscópio | 633284 | UN | 2 | X | | | X | X | | | | |
| 4 | Oxímetro de Pulso de mesa | 299875 | UN | 10 | X | | | X | X | | | X | |
| 5 | Consultório Odontológico Portátil | 632088 | UN | 2 | X | | | X | X | | | | |
| 6 | Centrífuga | 632272 | UN | 2 | X | | | X | X | | | X | |
| 7 | Microscópio laboratorial | 440658 | UN | 10 | | | X | X | X | | | | |
| 8 | Aparelho de Ultrassonografia Endobrônquica | 633244 | UN | 2 | | | X | X | X | | | | |
| 9 | Incubadora Híbrida | 443216 | UN | 4 | | | X | X | X | | | X | |
| 10 | Holter | 615368 | UN | 5 | X | | | X | X | | | X | |
| 11 | MAPA | 615317 | UN | 5 | X | | | X | X | | | X | |
| 12 | Monitor de débito cardíaco | 405362 | UN | 2 | | | X | X | X | | | X | |
| 13 | Raquiomanômetro | 476745 | UN | 2 | X | | | X | X | | | X | |
| 14 | Equipamento para realização de teste de tempo de coagulação ativada (TCA) | 453212 | UN | 4 | X | | | X | X | | | X | |
| 15 | Dinamômetro de mão | 632266 | UN | 6 | X | | | X | X | | | X | |
| 16 | Aspirador Ultrassônico | 311238 | UN | 2 | X | | | X | X | | | X | |
| 17 | Câmara de conservação de 2 a 8 graus 120 litros | 600251 | UN | 4 | X | | | X | X | | | X | |
| 18 | Aparelho de capilaroscopia | 628741 | UN | 3 | X | | | X | X | | | | |
| 19 | Sistema de Videomediastinoscopia | 633674 | UN | 2 | | | X | X | X | | | | |
| 20 | Equipamento de energia eletromagnética micro fracionada (Com bisturi e sistema de aspiração de vapores integrados) | 459777 | UN | 2 | X | | | X | X | | | X | |

1.2. Em caso de divergência entre a descrição constante no Código de Material (CATMAT) e a que consta no Anexo I - Especificações Técnicas , prevalecerão as disposições deste Termo de Referência e de seus anexos;

1.3. A existência de preços registrados não obriga o HULW a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1.4. Cada item é independente, conforme a quantidade declarada, ou seja, o fornecimento será executado por item, a ser entregue conforme determinação deste Termo de Referência.

1.5. Os seguintes anexos integram este Termo de Referência:

- 1.5.1. Estudo Técnico Preliminar: 60182297
- 1.5.2. Análise de Riscos: 60182614
- 1.5.3. Planilha demonstrativa de demanda: 59934472
- 1.5.4. Anexo I - Especificações Técnicas: 60182542
- 1.5.5. Termo de Recebimento Provisório: 60182455
- 1.5.6. Termo de Recebimento Definitivo: 60182477

1.6. O **Estudo Técnico Preliminar** Estudo Técnico Preliminar: 60182297 deverá ser considerado em sua íntegra como obrigações de cumprimento por parte da contratada, principalmente no que tange à descrição da solução.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh/HU Brasil foi criada por meio da [Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011](#), como uma empresa pública vinculada ao Ministério da Educação - MEC, com a finalidade de prestar serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, assim como prestar às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública.

2.2. A Ebserh/HU Brasil é uma empresa estatal 100% dependente da União e cumpre o seu dever de prestar serviços de assistência à saúde de forma integral e exclusivamente inseridos no âmbito do SUS.

2.3. Referência no Estado da Paraíba em assistência de média e alta complexidade para o Sistema Único de Saúde - SUS, o **Hospital Universitário Lauro Wanderley (HULW), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)** é um dos hospitais vinculados à Rede Ebserh/HU Brasil e se une aos demais no grande desafio de oferecer educação e saúde à população, melhorando a qualidade de vida de milhões de brasileiros.

2.4. O **HULW-UFPB/EBSERH/HU Brasil exerce portanto um papel de destaque para a sociedade paraibana, pois além de atender por meio do SUS, primordialmente apoia a formação de profissionais de saúde e o desenvolvimento de pesquisas.**

2.5. Suprir as necessidades do ambiente hospitalar, fornecendo materiais adequados, permitem garantir a qualidade, produtividade e satisfação dos usuários e da equipe hospitalar prestadora de serviço. Desta forma a existência de profissionais altamente capacitados sem o correto suprimento de equipamentos para atender às demandas não irá gerar o resultado esperado. Assim, o suprimento de itens destinados aos serviços diários prestados pelo HULW é considerada uma estratégia macro, que aporta planejamento, controle e fluxo para os processos de obtenção e gerenciamento do objetivo almejado.

2.6. Trata-se da aquisição de **Equipamentos Médico-Hospitalares**, solicitados de acordo com as demandas apresentadas ao Setor de Engenharia Clínica e pelos setores do HULW mediante levantamento realizado pela Gestão ao final de 2025, cujo objetivo é manter o suprimento de EMHs do HULW no período de vigência da ata.

2.7. A licitação pública é um mandamento legal, previsto na Constituição Federal, abarcando um conjunto de procedimentos administrativos mediante o qual a instituição seleciona a proposta mais vantajosa proporcionando oportunidades iguais aos fornecedores. Os procedimentos administrativos necessários esbarram na burocracia e lentidão desse tipo de processo, exigindo um planejamento cada vez mais minucioso.

2.8. Os descritivos e os códigos de equipamentos (CATMAT) foram devidamente revisados, bem como os quantitativos foram reavaliados para melhor atender a demanda deste nosocômio.

2.9. A contratação em tela está prevista no PAC 2026 do HULW-UFPB/EBSERH/HU Brasil.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A presente contratação será realizada por meio de Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme previsto no art. 3º do Decreto nº 11.462 /2023, em razão da necessidade de aquisições com entregas parceladas, considerando a possibilidade de a contratante ainda não estar apta para operacionalizar integralmente todos os equipamentos dimensionados ou desejar ampliar seus serviços conforme a evolução de

suas necessidades institucionais.

3.2. Em consonância com os incisos I, II e V do art. 3º do Decreto nº 11.462/2023, a adoção do SRP justifica-se pela necessidade de contratações frequentes, em quantidades variáveis e unitárias, bem como pela possibilidade de ampliação do atendimento a outros Hospitais Universitários Federais da Rede HU Brasil, seja como participantes da licitação ou por meio de adesão tardia à Ata de Registro de Preços (ARP).

3.3. A presente contratação tem por propósito viabilizar, de forma clara, completa e operacionalizável, a aquisição/contratação dos bens necessários para que o HULW alcance os resultados pretendidos descritos na justificativa da contratação.

3.3.1. As contratações da Ebserh/HU Brasil podem ser realizadas por meio dos seguintes arranjos organizativos:

- I - compra centralizada;
- II - compra regionalizada;
- III - compra individualizada.

3.3.2. Destaca-se que esta contratação se enquadra no modelo de **compra individualizada**.

3.3.3. O descritivo definido pela área técnica encontra-se no Anexo I - Especificações Técnicas (60182542).

3.4. **Do instrumento vinculativo - ARP:**

3.4.1. Homologado o resultado da licitação, será formalizada Ata de Registro de Preços com vigência de 01 (um) ano;

3.4.2. A Ata de Registro de Preços - ARP poderá ser prorrogada por 01 (um) ano, mediante a necessidade, vantajosidade do preço e anuência do fornecedor;

3.4.3. A prorrogação da validade da ARP poderá renovar os quantitativos a serem adquiridos, desde que haja acordo específico entre as partes; e

3.4.4. Inexistindo acordo entre as partes quanto à renovação dos quantitativos, a prorrogação apenas servirá à execução do saldo remanescente.

3.4.5. **Adesão à Ata de Registro de Preços:**

3.4.5.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade responsável pela execução das atividades contempladas no art. 1º da Lei nº 13.303/2016 que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 13.303/2016, no Decreto nº 8.945/2016, no Regulamento de Compras e Contratos RCC 3.0 e no Decreto nº 11.462/2023.

3.4.5.2. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços.

3.4.5.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.4.5.4. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.4.5.5. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

3.4.5.6. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

3.4.5.7. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

3.4.5.7.1. Admiti-se em caráter excepcional, que o órgão ou entidade não participante realize a aquisição ou contratação após o prazo de noventa dias da autorização, desde que respeitado o prazo de vigência da ata, nos moldes do art. 96, inciso XIV do RCC 3.0.

3.4.5.8. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

3.4.5.9. Justifica-se a permissão de adesão à ata de registro de preços para mitigar riscos de desabastecimento ocasionados por rescisões contratuais, sancionamento de fornecedores, entre outros.

3.4.5.10. A possibilidade de adesão auxilia os hospitais à adquirirem insumos já licitados, garantindo o melhor preço proposto, nos casos de urgência e emergência que há necessidade de aquisição de forma mais rápida e ágil dos insumos. A permissão da adesão irá possibilitar a redução de processos burocráticos, evitando assim a abertura de processos de Dispensa de Licitação, que deverão ser realizados somente em casos excepcionais.

3.4.6. Os instrumentos obrigacionais à presente contratação e suas alterações serão assinadas eletronicamente através do Sistema Eletrônico de Informação - SEI, mediante cadastro a ser realizado pelo HULW, após encerrada a fase seleção do fornecedor.

3.5. **Das notificações de risco, recalls ou alerta de tecnovigilância**

3.5.1. A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, notificar por escrito o CONTRATANTE sempre que houver:

3.5.1.1. A emissão de aviso de defeito;

3.5.1.2. A determinação ou recomendação de recall; ou

3.5.1.3. A divulgação de alerta de tecnovigilância relacionada a qualquer um dos equipamentos fornecidos, ainda que tal comunicação seja realizada por iniciativa do fabricante, de órgão regulador nacional ou internacional, ou de qualquer entidade competente.

3.5.2. A notificação referida no item anterior deverá ser formalizada no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que a contratada tiver ciência do primeiro anúncio ou comunicação oficial do defeito, recall ou alerta de tecnovigilância, independentemente de sua origem ou do país em que tenha sido divulgado.

3.5.3. A notificação deverá conter, no mínimo:

3.5.3.1. A identificação completa do equipamento afetado, incluindo marca, modelo, número de série e lote, se aplicável;

3.5.3.2. A descrição detalhada do risco, falha ou defeito identificado;

3.5.3.3. A cópia da comunicação oficial do fabricante ou do órgão regulador;

3.5.3.4. As orientações recomendadas para mitigar ou eliminar o risco, incluindo eventuais providências corretivas, substitutivas ou de suspensão do uso do EMH;

3.5.3.5. A estimativa de prazo para resolução definitiva da situação.

3.5.4. A contratada será responsável por adotar, sem ônus adicional para o contratante, todas as medidas corretivas, preventivas ou de substituição que se fizerem necessárias em decorrência do defeito, recall ou alerta de tecnovigilância, conforme as orientações do fabricante e/ou determinações do órgão regulador competente.

3.5.5. O descumprimento das obrigações previstas nesta cláusula ensejará a aplicação das penalidades contratuais cabíveis, podendo ainda configurar causa para rescisão contratual, sem prejuízo das responsabilidades civis, administrativas e penais aplicáveis.

3.6. **Da Sustentabilidade**

3.6.1. **Dos critérios de sustentabilidade ambiental**

3.6.2. Na execução dos serviços deverão ser observados as diretrizes de sustentabilidade dispostas no art. 4º do [Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012](#), alterado pelo [Decreto nº 9.178, de 23 de outubro de 2017](#), e os critérios elencados na [Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010](#), além dos seguintes orientações quando couber:

3.6.2.1. Observar as boas práticas para o processamento de produtos de saúde (Resolução da Diretoria Colegiada RDC 15/2012 - Anvisa);

3.6.2.2. Os bens deverão, quando for possível, ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2;

3.6.2.3. Observar, quando for o caso, os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

3.6.2.4. Os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

3.6.2.5. Os bens não podem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs), exceto em casos especiais com justificativa técnica;

3.6.2.6. Os bens devem possuir, quando obrigatório, a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia - ENCE nos termos da Portaria Inmetro que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade - RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória.

3.6.2.7. Os bens devem observar os critérios de segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética, previstos na Portaria nº 170, de 2012 do Inmetro.

3.6.2.8. Observar demais diretrizes da Anvisa e Inmetro, quando couber.

3.6.3. **Dos critérios de sustentabilidade econômica**

3.6.3.1. Deverão ser adotadas práticas de sustentabilidade econômica e a Contratada concorda em cumprir e fazer cumprir, conforme o caso, e declarar-se ciente e disposto a seguir:

- 3.6.3.1.1. Priorizar o desenvolvimento econômico de baixo impacto e criar sistemas inovadores e menos dispendiosos;
- 3.6.3.1.2. Adotar processos de produção, serviços e consumo que priorizam a eficiência na utilização de insumos e recursos, a redução de desperdício, a minimização de riscos à saúde e ao bem estar humanos, entre outras medidas de qualidade no gerenciamento dos recursos naturais e humanos;
- 3.6.3.1.3. Respeitar os critérios de sustentabilidade ambiental;
- 3.6.3.1.4. Verificar o real impacto financeiro na prestação dos serviços, renunciando a aplicabilidade do reajuste, se possível, e caso se conclua pela necessidade do reajuste inflacionário, que o mesmo seja aplicado até a metade do acumulado nos últimos 12 (meses). Tal pedido se fundamenta no cenário de ajuste fiscal do governo federal e a não aplicação de reajuste ou sua aplicação em percentual reduzido contribuirá com o melhor desenvolvimento das atividades assistenciais, como também as atividades de ensino, pesquisa e extensão do HULW.

3.6.4. **Dos critérios de sustentabilidade social**

- 3.6.4.1. Deverão ser adotadas práticas de sustentabilidade social e a Contratada concorda em cumprir e fazer cumprir o disposto a seguir:
 - 3.6.4.1.1. Respeitar e promover a diversidade, abstendo-se de todas as formas de preconceito e discriminação, de modo que nenhum empregado ou potencial empregado receba tratamento discriminatório em função de sua raça, cor de pele, origem étnica, nacionalidade, posição social, idade, religião, gênero, orientação sexual, estética pessoal, condição física, mental ou psíquica, estado civil, opinião, convicção política, ou qualquer outro fator de diferenciação;
 - 3.6.4.1.2. Apoiar de forma efetiva a erradicação da exploração sexual, assim como coibir o assédio sexual e moral em sua força de trabalho;
 - 3.6.4.1.3. Respeitar as normas de saúde e segurança do trabalho;
 - 3.6.4.1.4. Adotar medidas de combate à prática de lavagem de dinheiro e à corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina;
 - 3.6.4.1.5. Adotar conduta justa e ética, respeitando os princípios estabelecidos no Código de Ética da Ebserh/HU Brasil;
 - 3.6.4.1.6. Não empregar menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezoiséis anos, salvo menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz;
 - 3.6.4.1.7. Adotar conduta justa e ética, respeitando os princípios estabelecidos no Código de Ética e Conduta da Ebserh/HU Brasil.

3.6.5. **A CONTRATADA deverá notificar no prazo mínimo de 02 (dois) anos de antecedência o encerramento da prestação de serviços técnicos de manutenção e fornecimento de peças (end of service) para o equipamento ofertado.**

3.6.6. **O end of service só será considerado após 02 (dois) anos da referida notificação e após decorrido o prazo estabelecido na cláusula anterior.**

4. **DOS REQUISITOS DA CONTRAÇÃO**

4.1. As exigências de Habilitação Jurídica e de Regularidade Fiscal e Trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no posterior Edital, conforme Lei 13.303/16 e Regulamento de Compras e Contratos (RCC 3.0) da EBSE RH/HU Brasil.

4.2. Os critérios de Qualificação Econômica a serem atendidos pelo fornecedor estarão previstos no edital.

4.3. Os critérios de Qualificação Técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

4.3.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestado (s) fornecido (s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

4.3.2. Declaração de que os equipamentos ofertados possuem todas as certificações e compatibilidades exigidas neste Termo de Referência.

4.3.3. A Licitante deverá encaminhar, juntamente com a proposta, sob **pena de desclassificação**:

- I - Licença de Funcionamento Estadual ou Municipal, emitido pelo Serviço de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde Estadual ou Municipal, da sede do licitante.
- II - Autorização de Funcionamento (AFE) e Licença Sanitária, nos termos da Lei nº 6.360/1976, do Decreto nº 8.077/2013, da RDC - Anvisa nº 16/2014 e atualizações.
- III - Registro do produto ou Certificado de dispensa do registro na ANVISA, conforme Lei 6.360/1976.
- IV - Comprovação de adequação às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou a certificação da qualidade do produto por instituição credenciada pelo Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Sinmetro).
- V - Certificado de conformidade com as normas Brasileiras aplicáveis para os respectivos equipamentos (exemplo: NBR IEC 60.601-1-xx);
- VI - Manual do Equipamento Registrado na ANVISA e/ou Relatório Técnico Entregue na ANVISA contendo as evidências das especificações requisitadas neste Termo de Referência;
- VII - Anexo I (**sei nº 60182542**) preenchido com a indicação das páginas do Manual do Equipamento Registrado na ANVISA e/ou Relatório Técnico Entregue na ANVISA onde se encontram as respectivas especificações requisitadas neste Termo de Referência. **INCLUIR EM CADA LINHA DA ESPECIFICAÇÃO QUAL A PÁGINA CORRESPONDENTE DO MANUAL OU RELATÓRIO TÉCNICO DA ANVISA QUE COMPROVA A CARACTERÍSTICA SOLICITADA.**

4.3.3.1. As exigências mencionadas **nos itens I, II, III, VI e VII** são relacionadas exclusivamente aos produtos sujeitos ao regime de Vigilância Sanitária.

4.4. A apresentação da documentação técnica comprobatória acima relacionada é condição para aceitação da proposta (e desta passa a ser parte integrante), de maneira que, caso a mesmo não seja aprovada, o próximo licitante será convocado, na ordem de classificação.

4.5. A licitante deverá informar na proposta a lista de insumos necessários para o bom funcionamento do equipamento, caso seja necessário.

4.6. O HULW-UFPB/EBSE RH/HU Brasil se reserva, **excepcionalmente**, no direito de solicitar amostra do produto ofertado para avaliação técnica ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar.

4.6.1. Caso seja solicitado formalmente, o licitante poderá acompanhar a avaliação das amostras, em consonância com o princípio da publicidade.

4.6.2. A análise de amostras seguirá os tramites da Norma Operacional - SEI nº 4/2023/DAI-EBSE RH/HU Brasil.

4.7. **Das condições de garantia dos equipamentos e assistência técnica:**

4.7.1. **Da Garantia dos Equipamentos:**

4.7.1.1. O prazo de garantia contratual dos equipamentos médico-hospitalares corresponde ao período, contado em meses, durante o qual a CONTRATADA se compromete a manter os bens fornecidos em perfeito estado de funcionamento, conforme as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, seus anexos, normas técnicas aplicáveis e recomendações do fabricante.

4.7.1.2. O prazo de garantia será o estabelecido conforme sessão **DA DEFINIÇÃO DO OBJETO** ou documento informado pelo fabricante, caso seja superior.

4.7.1.3. A garantia terá início no primeiro dia útil subsequente à data constante no Termo de Recebimento Definitivo.

4.7.1.4. Durante todo o período de garantia, a CONTRATADA será integralmente responsável por quaisquer:

- 4.7.1.4.1. vícios ou defeitos de fabricação;
- 4.7.1.4.2. falhas decorrentes de projeto;
- 4.7.1.4.3. desgaste anormal de materiais;
- 4.7.1.4.4. defeitos de materiais, peças ou componentes;
- 4.7.1.4.5. falhas de software ou firmware;
- 4.7.1.4.6. problemas relacionados a algoritmos ou funcionalidades embarcadas.

4.7.1.5. Nessas situações, a CONTRATADA deverá reparar, corrigir ou substituir, sem qualquer ônus para o HULW: peças, acessórios, componentes, softwares, firmwares, ou o próprio equipamento, sempre que necessário para restabelecer o pleno funcionamento.

4.7.1.6. Todas as partes, peças, acessórios, componentes e softwares, exceto consumíveis de uso único, estarão sujeitos ao mesmo período de garantia dos equipamentos, desde que não tenham sido danificados por imprudência, imperícia ou mau uso.

4.7.1.7. Considera-se que o equipamento encontra-se em pleno funcionamento quando, após eventual intervenção técnica, estiver operando com desempenho equivalente às condições originais de fábrica e atendendo integralmente às especificações previstas neste Termo de Referência.

4.7.2. **Das Manutenções Preventivas e Calibrações:**

4.7.2.1. Quando houver, nos Manuais Operacionais ou Manuais Técnicos do fabricante, recomendações para execução de manutenções preventivas ou calibrações periódicas, tais atividades deverão estar integralmente cobertas pela garantia, sem quaisquer custos adicionais para a CONTRATANTE.

4.7.2.2. Essas atividades deverão ser executadas conforme periodicidade recomendada pelo fabricante, com utilização de peças e componentes originais ou equivalentes certificados, incluindo substituição de itens de desgaste previstos em manual técnico, tais como: baterias, células de oxigênio, filtros, kits de manutenção, válvulas, coolers, mangueiras, vedações, o-rings, borrachas e demais componentes equivalentes.

4.7.2.3. A CONTRATADA deverá entregar à CONTRATANTE, no momento da instalação dos equipamentos, o calendário completo de manutenções preventivas e calibrações previstas para todo o período de garantia, indicando datas estimadas de execução.

4.7.3. **Da Prestação da Garantia:**

4.7.3.1. A garantia será prestada preferencialmente no local onde o equipamento estiver instalado e em operação.

4.7.3.2. Durante o período de garantia, a CONTRATADA deverá disponibilizar profissional técnico qualificado para realização das intervenções necessárias, sem qualquer custo adicional para o

| | |
|-------------|---|
| HULW. | |
| 4.7.3.3. | Caso, excepcionalmente, seja necessária a remoção do equipamento para manutenção externa, todos os custos decorrentes de transporte, embalagem, seguro, deslocamento, serviços técnicos e logística serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA. |
| 4.7.3.4. | Nesses casos, a CONTRATADA deverá providenciar equipamento substituto equivalente ou de tecnologia superior, sem ônus para a CONTRATANTE, garantindo a continuidade da assistência ao paciente do SUS. |
| 4.7.4. | Da Substituição de Equipamentos: |
| 4.7.4.1. | Durante o período de garantia, poderá ocorrer a substituição definitiva de equipamentos defeituosos por: equipamento novo de mesmo modelo, marca e especificação técnica, ou equipamento de tecnologia superior, desde que previamente aprovado pela CONTRATANTE. |
| 4.7.4.2. | Nos termos do Art. 18 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990): caso o tempo de indisponibilidade funcional do equipamento exceda 30 (trinta) dias, a CONTRATADA deverá realizar a substituição integral do equipamento defeituoso por outro equipamento novo, de mesmas características ou superior; ou caso a soma dos tempos de reparo associados a um mesmo defeito recorrente exceda 90 (noventa) dias, a CONTRATADA deverá proceder à substituição definitiva do equipamento defeituoso. |
| 4.7.5. | Do Lacre de Garantia: |
| 4.7.5.1. | Para fins de controle da integridade da garantia, a CONTRATADA poderá aplicar lacres técnicos nos equipamentos no momento da instalação. |
| 4.7.5.2. | Sempre que houver intervenção técnica o lacre deverá ser substituído e a operação deverá ser registrada na respectiva ordem de serviço. O registro deverá conter identificação e assinatura do responsável pela unidade usuária. |
| 4.7.6. | Da Assistência Técnica Durante a Garantia: |
| 4.7.6.1. | Para fins deste Termo de Referência, adotam-se as seguintes definições: |
| 4.7.6.1.1. | Horário de Assistência Técnica : Período regular de prestação dos serviços de suporte técnico, compreendido entre 08h e 18h, em dias úteis, podendo ser ajustado entre CONTRATANTE e CONTRATADA. |
| 4.7.6.1.2. | Chamado Técnico: Solicitação formal realizada pela CONTRATANTE à CONTRATADA para atendimento de demanda de manutenção. |
| 4.7.6.1.3. | Manutenção Corretiva: Intervenção técnica não planejada destinada à correção de falha ou degradação do equipamento. |
| 4.7.6.1.4. | Manutenção Programada: Intervenção previamente planejada, executada em intervalos definidos, destinada à redução da probabilidade de falha, verificação de desempenho, segurança elétrica, exatidão ou qualificação de processos. |
| 4.7.6.1.5. | Atendimento Técnico: Presença de técnico da CONTRATADA no local de instalação do equipamento para execução de manutenção corretiva ou preventiva, podendo ser precedida de atendimento remoto. |
| 4.7.6.1.6. | Tempo Médio de Atendimento (TMA): Intervalo entre a abertura do chamado técnico e o primeiro atendimento. |
| 4.7.6.1.7. | Tempo Médio de Reparo (TMR): Intervalo entre a abertura do chamado técnico e a solução definitiva da falha. |
| 4.7.7. | Dos Prazos de Atendimento e Reparo: |
| 4.7.7.1. | O Tempo Médio de Atendimento (TMA) não poderá exceder: 1 dia útil para atendimento remoto, ou 2 dias úteis para atendimento presencial. |
| 4.7.7.2. | O Tempo Médio de Reparo (TMR) não poderá exceder 10 (dez) dias úteis, contados a partir da abertura do chamado técnico. |
| 4.7.7.3. | Excepcionalmente, mediante justificativa técnica formal apresentada pela CONTRATADA e aceita pela fiscalização do contrato, o prazo poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, limitado ao prazo máximo de 30 dias corridos, conforme legislação aplicável. |
| 4.7.7.4. | Caso o prazo máximo seja ultrapassado, a CONTRATANTE poderá: |
| 4.7.7.4.1. | contratar empresa terceira para execução do reparo; |
| 4.7.7.4.2. | exigir o reembolso integral dos custos pela CONTRATADA, |
| 4.7.7.4.3. | sem prejuízo da manutenção da garantia do equipamento. |
| 4.7.8. | Dos Registros Técnicos: |
| 4.7.8.1. | Toda intervenção técnica deverá resultar na emissão de relatório de atendimento técnico individualizado, contendo: identificação do equipamento (marca, molde e número de série); descrição da falha; procedimentos realizados; peças substituídas; data e horário da intervenção; identificação do técnico responsável. |
| 4.7.8.2. | A CONTRATADA deverá manter base histórica consolidada de todas as intervenções técnicas, incluindo: |
| 4.7.8.2.1. | manutenções corretivas; |
| 4.7.8.2.2. | manutenções preventivas; |
| 4.7.8.2.3. | certificados de calibração; |
| 4.7.8.2.4. | substituições de peças; |
| 4.7.8.2.5. | demais registros técnicos. |
| 4.7.8.3. | Essas informações deverão ser disponibilizadas à CONTRATANTE sempre que solicitadas. |
| 4.7.9. | Dos Profissionais Técnicos: |
| 4.7.9.1. | Todas as intervenções técnicas deverão ser realizadas por profissionais da CONTRATADA devidamente habilitados;, treinados pelo fabricante ou representante autorizado e com comprovação de qualificação técnica quando solicitada pela CONTRATANTE. |
| 4.7.10. | Do Relatório Final de Garantia: |
| 4.7.10.1. | Ao término do período de garantia, a CONTRATADA deverá fornecer à CONTRATANTE relatório técnico consolidado, entregue em formato eletrônico editável (.DOC e .XLS)., conforme ABNT NBR 15943:2011, contendo: |
| 4.7.10.1.1. | histórico completo de chamados técnicos; |
| 4.7.10.1.2. | relatório analítico das intervenções realizadas; |
| 4.7.10.1.3. | estatísticas de atendimento por tipo de manutenção; e |
| 4.7.10.1.4. | relação de pendências ou recomendações técnicas. |
| 4.7.11. | Da Vigência da Garantia |
| 4.7.11.1. | A garantia extinguir-se-á automaticamente ao término do prazo estabelecido neste Termo de Referência. |
| 4.7.11.2. | A realização de reparo ou substituição de peças não interrompe nem prorroga o prazo de garantia, salvo nos casos previstos na legislação aplicável. |
| 4.7.11.3. | Caso sejam realizadas intervenções técnicas por terceiros sem autorização expressa da CONTRATADA, tais como modificações de circuitos ou reparos não autorizados, a garantia poderá ser imediatamente extinta. |
| 5. | DA NECESSIDADE DE FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE |
| 5.1. | As obrigações decorrentes deste procedimento poderão ser formalizadas mediante a celebração de Contrato Administrativo, com vigência por um período inicial de 180 (cento e oitenta) dias , podendo ter a sua duração prorrogada pelo prazo necessário à conclusão do objeto, observada a hipótese prevista no § 2º do art. 192 do Regulamento Compras e Contratos - RCC 3.0. |
| 5.1.1. | A vigência inicial do contrato foi definida com base no prazo máximo de 90 (noventa) dias para entrega, somado de 90 (noventa) dias para execução de todos os procedimentos de recebimento e pagamento da despesa. |
| 5.1.2. | As obrigações decorrentes deste procedimento poderão, alternativamente, serem formalizadas por meio de emissão de nota de empenho em substituição ao termo contratual conforme previsão do art. 194, inciso III do RCC 3.0, por se tratar de prática de mercado. |
| 5.1.3. | O Contrato administrativo e suas alterações serão assinadas eletronicamente através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, mediante cadastro a ser realizado pelo HULW, após encerrada a fase seleção do fornecedor e emissão de nota de empenho. |
| 5.2. | A execução do fornecimento dos materiais permanentes será realizada por meio de entregas parceladas, conforme definido na Ordem de Fornecimento. |
| 6. | DOS CRITÉRIOS E ÍNDICES DE REAJUSTES |
| 6.1. | Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas; |
| 6.1.1. | Dentro do prazo de vigência do contrato ou da ata de registro de preços e mediante solicitação, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade. |
| 6.1.2. | Deverá haver consulta formal à Contratada quanto à possível renúncia ao direito ao reajuste a cada anualidade, ou redução do percentual aplicável. |
| 6.2. | Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste. |

| | | | |
|------------|--|--|--|
| 6.3. | No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer; | | |
| 6.4. | Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo; | | |
| 6.5. | Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor; | | |
| 6.6. | Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo; | | |
| 6.7. | O reajuste será realizado por apostilamento. | | |
| 7. | DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS | | |
| 7.1. | Para os itens elencados no item 1.1 serão formalizadas Atas de Registro de Preços. | | |
| 7.2. | Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações: | | |
| 7.2.1. | em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do art. 196, inciso VI, do RCC 3.0; | | |
| 7.2.2. | em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; | | |
| 7.2.3. | na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados. | | |
| 7.3. | No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação. | | |
| 7.4. | No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação | | |
| 8. | DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO | | |
| 8.1. | Da Emissão de Nota de Empenho: | | |
| 8.1.1. | Os empenhos poderão ser realizados de forma unitária, conforme a necessidade da Administração. | | |
| 8.2. | Das condições de entrega: | | |
| 8.2.1. | Se a CONTRATADA planeja interromper a produção do equipamento, sistemas e softwares referenciados neste Termo de Referência e produzir modelos aperfeiçoados antes da data de entrega, a CONTRATADA deverá notificar o CONTRATANTE deste fato e fornecer ao CONTRATANTE a opção tecnológica mais atualizada, sem custo adicional. | | |
| 8.2.2. | Da Ordem de Fornecimento: | | |
| 8.2.2.1. | As ordens de fornecimento serão realizadas sempre que necessário de acordo com o solicitado pelo Setor Demandante e aprovado pelo Colegiado Executivo. | | |
| 8.2.2.2. | O objeto será solicitado mediante emissão de Nota de Empenho, acompanhada da Ordem de Fornecimento (Quando necessário). | | |
| 8.2.2.2.1. | A Ordem de Fornecimento (e a Nota de Empenho que faz referência à solicitação) serão encaminhadas por meio de correspondência eletrônica, sendo obrigatória a confirmação de recebimento pela CONTRATADA. Após a comunicação formal da Ordem de Fornecimento, a CONTRATADA entrará em contato para agendar a entrega dos bens e dirimir dúvidas. | | |
| 8.2.2.2.2. | Após o recebimento da Ordem de Fornecimento/Nota de empenho, o fornecedor deve enviar a previsão de entrega em até 10 (dez) dias úteis para a CONTRATANTE. | | |
| 8.2.2.2.3. | No momento do envio do objeto, a nota fiscal de remessa do item referente deverá ser encaminhada para o e-mail patrimonio.hulw@ebserh.gov.br , com cópia para brenna.lima@ebserh.gov.br com, obrigatoriamente, data de postagem, previsão para entrega e, preferencialmente, com código de rastreio. | | |
| 8.2.2.3. | A nota fiscal definitiva deverá ser emitida somente após solicitação da Unidade de Patrimônio do HULW. | | |
| 8.2.3. | Deverão ser fornecidos apenas equipamentos novos, com até 2 (dois) anos de fabricação na data da entrega, sendo vedado, em quaisquer circunstâncias, o uso de produtos reconicionados, reciclados, provenientes de mostruário ou provenientes de reutilização de material já empregado. | | |
| 8.2.4. | O objeto será entregue em local e horário estabelecidos pela CONTRATANTE, indicados na Ordem de Fornecimento, conforme as condições, prazos e especificações técnicas dispostas neste Termo de Referência. | | |
| 8.2.5. | A entrega compreende: a conferência de partes e peças e testes de funcionalidade. A simples entrega de volumes lacrados, sem a devida conferência conjunta pela CONTRATADA e CONTRATANTE do conteúdo destes, não caracteriza a entrega dos equipamentos. | | |
| 8.2.6. | Da Documentação da Entrega: | | |
| 8.2.6.1. | A Nota Fiscal, que acompanha o objeto, deverá conter, além de todos os itens obrigatórios pela legislação vigente: | | |
| 8.2.6.1.1. | Número do Contrato; | | |
| 8.2.6.1.2. | Numero da Ordem de Fornecimento correspondente; | | |
| 8.2.6.1.3. | Número da Nota de Empenho (NE) correspondente; e | | |
| 8.2.6.1.4. | Informações como: marca, nome do fabricante, número do lote (se aplicável) , número de série, garantia do produto e a quantidade correspondente. | | |
| 8.2.7. | Do prazo e local de entrega: | | |
| 8.2.7.1. | O prazo de entrega de todos os bens é de 30 (trinta) dias , contados do envio da Nota de Empenho emitida pelo HULW. | | |
| 8.2.7.2. | As entregas para o órgão gerenciador – Hospital Universitário Lauro Wanderley deverão ser realizadas na Unidade de Patrimônio do HULW – UFPB/EBSERH/HU Brasil, no horário das 07h às 11h e das 13:00h às 16:00h, conforme tipos e quantitativos, sendo a referida entrega acompanhada e fiscalizada por servidor(es) do órgão a serem designados pela CONTRATANTE. | | |
| 8.2.7.3. | Será admitida a dilatação do prazo de entrega, em no máximo mais 30 (trinta) dias , para os equipamentos cuja importação seja formalmente comprovada. | | |
| 8.2.7.4. | O prazo para instalação dos bens é de até 15 (quinze) dias úteis , contados da entrega dos bens e da autorização para instalação pelo Setor de Engenharia Clínica. A instalação de equipamentos poderá ocorrer nos finais de semana e em horários fora do expediente, a critério do HULW. | | |
| 8.2.7.5. | Deverá ser agendado com o Hospital Universitário, beneficiário desta aquisição, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, a vinda do técnico para instalação e demonstração do mesmo. | | |
| UASG | INSTITUIÇÃO | ENDEREÇO | CONTATO E HORÁRIOS DE ENTREGA |
| 155023 | Hospital Universitário Lauro Wanderley – HULW/EBSERH/HU Brasil, na Unidade de Patrimônio | Rua Tabelião Stanislaw Eloy s/n, CEP: 58050 – 585, Município: 2051 - João Pessoa, Bairro: Castelo Branco, Cidade Universitária/UFPB – Campus I | E-mail: patrimonio.hulw@ebserh.gov.br . Contatos: (83) 3206-0645. De segunda a sexta-feira, das 07h às 11h e das 13:00h às 16:00h |
| 8.2.8. | A entrega e montagem do objeto deverão ser realizados em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência e na proposta, acompanhado do respectivo documento fiscal, no qual constarão as indicações referentes a: descrição detalhada do objeto, marca, fabricante, modelo, lote, procedência, certificado de calibração e prazo de garantia ou validade, no que couber. | | |
| 8.2.9. | No processo de entrega e instalação dos equipamentos deverá constar o detalhamento técnico quanto às necessidades de pré-instalação do equipamento, instruindo quanto às instalações de rede elétrica, água e esgoto, aterramento, temperatura, dimensões do local, blindagens, umidade, poeira, partículas ou poluentes, proteção ambiental, riscos de acidentes e todas as demais condições físicas pertinentes à instalação, ao funcionamento do equipamento e proteção ao meio-ambiente (quando necessário); | | |
| 8.2.10. | A Contratada responderá por todos os custos diretos e indiretos da entrega. | | |
| 8.2.11. | É de responsabilidade da Contratada prover todos os meios para entrega e montagem do objeto no local indicado. | | |
| 8.2.12. | A CONTRATADA será responsável pelo transporte dos volumes até o local designado pela Unidade de Patrimônio, assegurando os recursos necessários para o transporte vertical e horizontal, bem como para a descarga. OU A CONTRATADA será responsável pelo transporte dos volumes até o local designado pela Unidade de Patrimônio, assegurando os recursos necessários para o transporte vertical e horizontal, bem como para a descarga. Para isso, deverá disponibilizar, se necessário, de equipamentos, máquinas e mão de obra adequados, incluindo carros de transporte, macacos hidráulicos, paleteiras, elevadores, munccks, entre outros para a realização adequada das entregas. A equipe deverá ser capacitada e dimensionada, provida de todos os equipamentos necessários para descarga, movimentação horizontal e vertical, com todos EPIs/EPCs necessários. A entrega deverá estar acompanhada de toda a documentação exigida para integração ao Sistema de Patrimônio/USOST, em meio físico e digital, sob pena de recusa imediata do recebimento. | | |
| 8.2.13. | A ausência de condições adequadas de descarga, equipe ou documentação ensejará a lavratura de ocorrência, com possibilidade de aplicação de sanções previstas no RCC 3.0. | | |
| 8.2.14. | O HULW reserva-se o direito de não aceitar a entrega do(s) bem(ns) caso a CONTRATADA não disponibilize todos os recursos necessários para entrega no local físico interno do hospital indicado pela CONTRATANTE. | | |
| 8.2.15. | Os equipamentos deverão ser entregues em horário administrativo, isto é, de segunda-feira à sexta-feira de 7h às 11h e de 13h às 16h. A critério da CONTRATANTE, nos casos em que a logística de entrega possa comprometer o funcionamento das atividades do HULW, as remessas poderão ser excepcionalmente solicitadas para os sábados, no horário das 8h às 12h. | | |
| 8.2.16. | Do Recebimento dos Volumes: | | |
| 8.2.16.1. | O representante do Almoxarifado, ligado à Unidade de Abastecimento e Controle de Estoques, ou da Unidade de Patrimônio realizará a conferência física inicial dos volumes entregues, conforme seu processo interno. Este é o primeiro marco do processo de recebimento. | | |
| 8.2.16.2. | Os bens serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis , a partir da entrega no endereço acima definido, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato por meio de declaração no verso da nota fiscal, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta. | | |

8.2.16.3. A Unidade de Abastecimento e Controle de Estoques ou a Unidade de Patrimônio formalizará ao Setor de Engenharia Clínica o recebimento dos volumes, para que este dê sequência ao agendamento de abertura dos volumes junto à CONTRATADA.

8.3. **Da Conferência e Instalação Técnica:**

8.3.1. A instalação, quando aplicável, deverá ser feita pela CONTRATADA, com agendamento prévio entre as partes, em local indicado pela CONTRATANTE, sem ônus adicional posterior ao processo de aquisição, mediante o acompanhamento de representante da CONTRATANTE.

8.3.1.1. A instalação dos equipamentos, quando requisitada, compreende, a movimentação vertical e/ou horizontal dos equipamentos pelos acessos normais do hospital até o local de instalação, a montagem dos equipamentos, a realização de testes operacionais, configuração de presets e ajustes que coloquem os equipamentos em pleno funcionamento, além da realização, quando requisitado, da Calibração (Englobando todos os instrumentos e/ou parâmetros passíveis de calibração), Treinamento Operacional e/ou Treinamento Técnico para os profissionais da contratante.

8.3.1.2. Em casos excepcionais, autorizados pela equipe de fiscalização, a CONTRATADA poderá solicitar e autorizar a abertura das caixas por representante da CONTRATANTE, ou seja, sem a presença de representante da CONTRATADA, devendo, para isto, manifestar-se expressa e formalmente e assumir os ônus por quaisquer não conformidades identificadas durante o processo de conferência interna dos volumes e inconformidades com o Termo de Referência e a proposta.

8.3.1.3. **A critério do HULW, a instalação poderá ser realizada nos finais de semana.**

8.3.1.4. Todos os custos envolvidos com armazenamento e transporte do equipamento até o local de instalação serão por conta do fornecedor.

8.3.2. Deverá ser entregue com o equipamento o manual de operação atualizado em português.

8.3.3. Deverá ser entregue com o equipamento o manual de serviço, em língua portuguesa, espanhola ou inglesa, quando solicitado, conforme sessão ***DA DEFINIÇÃO DO OBJETO***.

8.4. **Do Treinamento:**

8.4.1. Os treinamentos relacionados aos EMH poderão ser classificados quanto ao momento de realização, quanto ao público-alvo e quanto ao formato, conforme disposto a seguir. Cada modalidade é independente e não substitui as demais, quando exigidas.

8.4.2. Ao participar do processo licitatório, a empresa estará ciente que pode ser solicitado: Treinamento operacional inicial, Treinamento operacional específicos, Treinamento operacional de reciclagem, Treinamento técnico básico e Treinamento técnico avançado.

8.4.3. Quanto ao momento do treinamento:

8.4.3.1. Os treinamentos iniciais ocorrerão na chegada ou instalação dos equipamentos.

8.4.3.2. Os treinamentos específicos devem ser utilizados, quando houver a necessidade de aprofundamento em softwares ou funcionalidades específicas do objeto, durante o período de garantia.

8.4.3.3. Os treinamentos de reciclagem devem ser utilizados, quando houver a necessidade de repetição dos treinamentos iniciais ou específicos, durante o período de garantia.

8.4.4. Quanto ao público do treinamento:

8.4.4.1. Os treinamentos operacionais são voltados para a equipe médico-assistenciais com foco em, no mínimo, componentes, manuseio, cuidados, segurança do usuário e paciente, montagem do equipamento, presets, rotinas de limpeza e desinfecção do EMH e seus acessórios, e principais problemas decorrentes de uso inadequado do EMH.

8.4.4.2. Os treinamentos técnicos são destinados à equipe técnica. Estes podem ser classificados como:

8.4.4.2.1. **Básicos** - Os treinamentos básicos possuem a finalidade de permitir à equipe técnica da unidade realizar os primeiros atendimentos, englobando a identificação dos defeitos mais comuns e suas prováveis soluções, procedimentos de manutenção programadas (incluindo preventiva, calibração e Testes de Segurança Elétrica), configurações, e demais rotinas de verificação e/ou manutenção. Estes treinamentos deverão ser realizados tanto para equipe técnica da CONTRATANTE quanto para empresas tercerizadas vinculadas a CONTRATANTE;

8.4.4.2.2. **Avançado** - Os treinamentos avançados visam às intervenções de alta complexidade, permitindo reparos pela equipe da CONTRATANTE. Devem envolver as principais partes dos equipamentos e oferecer um nível de conhecimento equivalente ao fornecido pela CONTRATADA ao seu próprio corpo técnico. Deve ser emitido Certificado de Treinamento Técnico para a equipe de engenharia clínica do quadro de profissionais da CONTRATANTE treinada. Estes treinamentos devem ser acompanhados do fornecimento de manuais de serviços, dongles e senhas de acesso.

8.4.5. Quanto ao formato do treinamento:

8.4.5.1. **Treinamento Síncrono (Presencial ou Online):** Quando expressamente previsto, aos treinamentos operacionais e técnicos, iniciais, específicos e de reciclagem, na periodicidade e condições estabelecidas.

8.4.5.2. **Treinamento Assíncrono (Online):** Aplicável, como regra geral, os treinamentos operacionais iniciais, específicos e de reciclagem, poderão ser ofertados por meio de vídeos assíncronos, desde que apresentem todas as funcionalidades do equipamento, ensinem de forma clara a operação, o manuseio e os cuidados com o EMH e fiquem disponíveis para acesso pela CONTRATANTE por toda a vida útil do EMH. No caso do treinamento assíncrono não for capaz de tornar a equipe apta a utilizar todas as funcionalidades do objeto, um treinamento síncrono poderá ser solicitado sem ônus. Obedece as mesmas regras os treinamentos técnicos básicos assíncronos. Não poderão ser realizados treinamentos técnicos avançados assíncronos.

8.4.6. Na ausência de carga horária especificada, a CONTRATADA deverá realizar treinamento com carga horária, conteúdo e profundidade suficientes para garantir, no mínimo, a plena capacitação da equipe médico-assistencial para a operação segura e adequada do equipamento, incluindo manuseio, procedimentos de segurança, cuidados com o paciente e rotinas básicas de utilização, limpeza e desinfecção, ficando vedada a realização de treinamento meramente demonstrativo ou simbólico.

8.4.7. Tanto o Treinamento Técnico quanto o Operacional devem ser ministrados por representante técnico capacitado que, se solicitado, seja capaz de comprovar experiência com a capacitação a ser realizada.

8.4.8. Para cada treinamento realizado, o fornecedor precisa comprovar com lista de presença e/ou relatório de treinamento. A proposição inicial de cada uma das datas deve partir da CONTRATADA.

8.4.9. A CONTRATANTE poderá solicitar a realização de treinamentos operacionais por unidade de equipamento empenhado, bem como, a seu critério, optar pela formação de turmas agrupadas, com o objetivo de otimizar os momentos de capacitação, sem prejuízo do atendimento integral às necessidades da HULW. No caso de optar por agrupamentos, os demais treinamentos (por equipamento) serão dispensados. Na hipótese de realização de novos empenhos e/ou emissão de ordens de fornecimento referentes aos mesmos itens, em quantitativos adicionais, a CONTRATANTE poderá solicitar a realização de novos treinamentos podendo, novamente, demandar treinamentos por unidade de equipamento empenhada ou, a seu critério, optar pela formação de turmas agrupadas, com o objetivo de otimizar os momentos de capacitação, desvinculados de solicitações pretéritas.

8.4.10. **Da Documentação do EMH e critérios técnicos:**

8.4.10.1. Quando aplicável, também fará parte do recebimento técnico dos equipamentos os procedimentos de calibração (englobando todos os instrumentos e/ou parâmetros passíveis de calibração), qualificação (instalação, operação e desempenho) e/ou certificações.

8.4.10.1.1. **Calibração:** o conjunto de ações que visa assegurar a confiabilidade de um instrumento de medição por meio da comparação do valor aferido no equipamento com um Padrão, tendo como resultado um documento de Calibração individual, ou seja, por Equipamento Médico atendido, assinado por Responsável Técnico e rastreável à Rede Brasileira de Calibração - RBC - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO). Os documentos de Calibração devem estar em conformidade com a Norma ABNT Norma Brasileira NBR ISO/IEC 17025:2017, e demais normas e/ou legislações aplicáveis correspondentes atualizações, e apresentar no mínimo as seguintes informações: os padrões utilizados com suas respectivas rastreabilidades, os pontos de aferição para cada parâmetro, os valores das leituras realizadas para cada ponto, o valor da média das leituras para cada ponto, a faixa de aceitação para cada ponto, a faixa da “média das leituras \pm Uk” para cada ponto e o resultado da conformidade normativa (APROVADO ou REPROVADO) para cada ponto de aferição.

8.4.10.1.2. **Qualificação da Instalação:** evidência documentada, fornecida pelo fabricante ou distribuidor, de que o equipamento foi entregue e instalado de acordo com as suas especificações.

8.4.10.1.3. **Qualificação de Operação:** evidência documentada, fornecida pelo fabricante ou distribuidor, de que o equipamento, após a qualificação da instalação, opera dentro dos parâmetros originais de fabricação.

8.4.10.1.4. **Qualificação de Desempenho:** evidência documentada de que o equipamento, após as qualificações de instalação e operação, apresenta desempenho consistente por no mínimo 03 (três) ciclos sucessivos do processo, com parâmetros idênticos, utilizando-se pelo menos a carga de maior desafio, determinada pelo serviço de saúde, tendo como resultado um documento de Qualificação de Desempenho individual, ou seja, por Equipamento Médico atendido, assinado por Engenheiro Responsável Técnico e rastreável à Rede Brasileira de Calibração (RBC - INMETRO). Os documentos de Qualificação de Desempenho devem estar em conformidade com a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) ANVISA número 15 (quinze), de 15 (quinze) de março de 2012 (dois mil e doze), e apresentar no mínimo as seguintes informações: os padrões utilizados com suas respectivas rastreabilidades, os valores das leituras realizadas para cada ciclo, a faixa de aceitação para cada ciclo, e o resultado da conformidade normativa para cada ciclo de aferição.

8.4.10.1.5. **Certificação:** A certificação de equipamentos médicos é o processo formal pelo qual um dispositivo é avaliado para garantir que atenda a normas técnicas e regulatórias específicas, assegurando sua segurança, eficácia e qualidade.

8.4.10.2. Quando os equipamentos possuírem software, seja para operação, configuração e/ou manutenção dos equipamentos, a CONTRATADA deverá fornecer, durante os respectivos treinamentos técnicos avançados, as senhas de acesso para operação e configuração de usuário nos equipamentos, quando aplicável. Caso seja passível a disponibilização de senha para manutenção do sistema, em treinamento técnico básico, essa poderá ser solicitada pela CONTRATANTE.

8.4.10.3. A CONTRATADA deverá encaminhar, quando da entrega do equipamento, os manuais de operação para o equipamento, sistemas e softwares ofertados, em formato impresso, digital e em português. O número de vias dos manuais será o seguinte: Para o manual de operação em formato impresso, deverá ser entregue uma via para cada unidade adquirida do respectivo item. O manual de operação em formato digital deverá ser entregue em, no mínimo, uma via por item adquirido. O manual de operação deverá estar em conformidade com as disposições legais e regulamentares vigentes, especialmente as atinentes ao Registro de Produto na Anvisa, bem como com as normas técnicas aplicáveis

8.4.10.4. A CONTRATADA deverá encaminhar, quando da entrega do equipamento, o manual técnico ou de serviço deverá ser entregue em uma via impressa e uma via digital por item adquirido. O manual de serviço deve compreender: Índice e/ou sumário; endereço físico, números de telefone, endereço eletrônico e demais canais de comunicação da contratada, para fins de suporte técnico; Esquemas eletrônicos, eletromecânicos, pneumáticos, hidráulicos, de acordo com a complexidade do equipamento, incluindo diagramas de blocos e/ou esquemáticos, procedimentos de calibração, relação completa das placas, módulos e seus componentes com respectivas funções, lista de códigos de erros e possíveis soluções, bem como rotinas de manutenção preventiva e corretiva, quando aplicáveis. Relação e especificação detalhada dos equipamentos e instrumentos de testes necessários, acompanhados de procedimentos passo-a-passo para realização dos testes de desempenho e segurança, guias detalhados de diagnóstico e solução de problemas (troubleshooting), acompanhados, quando aplicável, do software de diagnóstico, diagramas esquemáticos e listas de peças de reposição, para cada equipamento fornecido.

8.4.10.4.1. A CONTRATADA poderá exigir, expressamente e por escrito, sigilo sobre estas informações, em função de seu direito à propriedade intelectual ou industrial, conforme legislação pertinente.

8.4.10.4.2. A não apresentação do manual, ou sua entrega incompleta, será considerada irregularidade grave, passível de aplicação das penalidades previstas contratualmente e na legislação vigente, sem prejuízo da recusa no recebimento do equipamento e das demais medidas administrativas cabíveis.

8.4.10.4.3. O HULW compromete-se a respeitar a salvaguarda e confidencialidade das informações técnicas constantes nos manuais de serviço, excetuando-se aquelas para as quais o fabricante

- autorizar expressamente o acesso, bem como os níveis técnicos para os quais a equipe do hospital tenha sido devidamente treinada
- 8.4.10.4.4. A critério da Contratante, poderá ser dispensada a apresentação do manual de serviço.
- 8.4.10.4.5. A contratada será responsável pela garantia de rastreabilidade de todos os manuais fornecidos, devendo manter registro formal da entrega e da versão de cada documento, incluindo eventuais revisões, para fins de auditoria e conformidade.
- 8.4.10.5. Durante todo o período de vigência da garantia contratual, a contratada deverá fornecer, sem ônus adicional para o contratante, todas as atualizações, revisões e complementações que vierem a ocorrer nos manuais de operação e de serviço, sempre que decorrentes de alterações técnicas, melhorias, modificações regulatórias ou recomendações do fabricante.
- 8.4.10.6. O não atendimento a quaisquer das disposições constantes desta cláusula poderá ensejar a recusa no recebimento do equipamento, aplicação de penalidades administrativas e, se for o caso, rescisão contratual, nos termos da legislação vigente e das disposições contratuais.

9. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1. Do controle e fiscalização da execução

- 9.1.1. Nos termos do art. 207 do Regulamento de Compras e Contratos RCC 3.0, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 9.1.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do HULW ou de seus agentes e prepostos.
- 9.1.3. O responsável pelo acompanhamento e fiscalização manterá em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da ata de registro de preço, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 9.1.4. O responsável pelo acompanhamento e fiscalização, deverá proceder ao recebimento provisório e/ou definitivo, com respectivo ateste das Notas Fiscais, somente após ter sido verificada a conformidade da entrega dos bens.
- 9.1.5. O Chefe da Unidade de Patrimônio, **Leandro Vitor de Souza**, Matrícula SIAPE nº 236**** será responsável em realizar o recebimento provisório dos bens adquiridos por meio desta licitação e e atuará como fiscal da ata de registro de preços formalizada.
- 9.1.6. A Chefe do Setor de Engenharia Clínica, **Brenna Fraga de Souza Lima**, Matrícula SIAPE nº 219****, será responsável em realizar o recebimento definitivo dos bens adquiridos por meio desta licitação e atuará como gestora da ata de registro de preços formalizada.

- 9.1.7. Ficará responsável, de forma substitutiva, pelo recebimento provisório e recebimento definitivo dos itens da contratação, o colaborador que estiver nomeado para função gratificada da respectiva chefia indicada.
- 9.1.8. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

10. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO/RECEBIMENTO E PAGAMENTO

10.1. Da Formalização do Recebimento do Objeto:

- 10.1.1. Nesta etapa, a equipe de fiscalização realizará o preenchimento do Termo de Recebimento Provisório:
- 10.1.2. Situações possíveis para formalização do recebimento (Termo de Recebimento Provisório e Termo de Recebimento Definitivo):
- 10.1.2.1. **Não recebimento provisório ou definitivo:** Ocorrerá quando forem identificadas não conformidades **impeditivas**, ou seja, equipamentos equivocados ou situações que inviabilizam o uso assistencial inicial do equipamento. Nessa situação, **não será emitido nenhum Termo e não haverá qualquer pagamento** à CONTRATADA até que todas as pendências mínimas para o recebimento provisório sejam integralmente sanadas.
- 10.1.2.2. **Termo de Recebimento Parcial (TRP):** quando houver atesto de **conformidade que possibilitam o uso inicial do equipamento**, mesmo que ainda existam pendências a serem sanadas, será emitido o **TRP**, autorizando o pagamento de **80% (oitenta por cento)** do valor dos equipamentos entregues. O TRP emitido não exime a CONTRATADA da obrigação de sanar todas as pendências remanescentes para fins de recebimento definitivo.
- 10.1.2.3. **Termo de Recebimento Definitivo (TRD):** quando houver atesto de **cofomridade integral dos requisitos do Termo de Referência** será emitido o **TRD** autorizando o pagamento de 20% (vinte por cento), caso tenha havido emissão de TRP ou pagamento integral de 100% (cem por cento) do valor caso o recebimento definitivo ocorra diretamente, sem etapa provisória. Este marco encerra oficialmente a fase de execução e libera o saldo remanescente/integral do pagamento.
- 10.1.2.4. Os bens serão recebidos definitivamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados da verificação da qualidade e quantidade do material, instalação (se aplicável) e treinamentos (se aplicável) e a e consequente aceitação mediante termo circunstanciado no verso da nota fiscal, ou seja, após atendimento integral dos requisitos do item licitado.
- 10.1.2.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 10.1.2.5. Os bens rejeitados, no todo ou em parte, devem ser substituídos no prazo de **20 (vinte) dias**, a contar da notificação à CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 10.1.2.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, será instaurado processo de apuração de responsabilidade para fins de sanções administrativas.
- 10.1.3. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

10.2. Do pagamento

- 10.2.1. Os pagamentos serão efetuados através de Ordens Bancárias emitidas pelo Sistema Integrado de Administração e Finanças (SIAFI) do Governo Federal, mediante o recebimento do Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica (DANFE), pela unidade administrativa responsável pela gestão da ata de registro de preço, contendo o detalhamento dos materiais/equipamentos entregues.
- 10.2.1.1. Os pagamentos deverão ser efetuados no prazo de **30 (trinta) dias** contados do recebimento do material.
- 10.2.1.2. Considera-se ocorrido o recebimento do material conforme descrito no item **Da Formalização do Recebimento do Objeto**.
- 10.2.1.3. Não se realizará pagamento através de Boleto Bancário, os pagamentos serão efetuados, apenas, mediante apresentação de DANFE.
- 10.2.2. Ocorrendo qualquer situação que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo previsto de 30 (trinta) dias será suspenso até a sua regularização.
- 10.2.2.1. A adjudicatária é obrigada a emitir DANFE devendo encaminhar para o e-mail informado na Ordem de Fornecimento, o documento em arquivo digital no formato pdf.
- 10.2.2.2. A adjudicatária deverá obrigatoriamente destacar na DANFE a tributação a ser retida, conforme art. 2º, § 6º, da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012.
- 10.2.2.3. A DANFE deverá conter na descrição, ou nas informações complementares, os seguintes dados: o número da licitação e o número da nota de empenho correspondente; e os dados bancários para a realização do pagamento (banco, agência e conta corrente).
- 10.2.2.4. A DANFE deverá obrigatoriamente expressar os seguintes elementos essenciais:
- a) a data de emissão posterior à de emissão da nota de empenho;
- b) o CNPJ e o endereço do HULW;
- c) o CNPJ da empresa adjudicada, que deverá ser o mesmo informado nos documentos de habilitação da licitação que deu origem à ata de registro de preço.
- 10.2.2.5. É possível a emissão da DANFE pela filial ou matriz do CNPJ indicado (CNPJ da empresa adjudicada), desde que a filial ou matriz mantenha as mesmas condições de habilitação previstas na licitação.
- 10.2.2.6. Serão deduzidas de pleno direito, do valor da NF-e apresentada para pagamento, caso se constate que a adjudicatária:
- 10.2.2.6.1. Deixou de realizar as obrigações contratadas, ou não as realizou com a qualidade mínima exigida.
- 10.2.2.6.2. Podendo ser deduzidas, ainda:
- 10.2.2.6.2.1. Multas impostas pelo HULW;
- 10.2.2.6.2.2. Multas, indenizações ou despesas impostas à adjudicatária, por autoridades competentes, em decorrência do descumprimento de leis e regulamentos aplicáveis à espécie;
- 10.2.2.6.2.3. Pagamentos indevidos, após verificação em regular processo administrativo com a garantia do contraditório e da ampla defesa;
- 10.2.2.6.2.4. Quaisquer débitos a que tiver dado causa.
- 10.2.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 10.2.4. A cada pagamento à adjudicatária, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação, observadas as seguintes condições, conforme art. 31 da IN MP/SEGES nº 3/2018.

- 10.2.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da adjudicatária, deve-se providenciar a sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a adjudicatária regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, a critério do HULW, conforme incisos I e II do art. 31 IN MP/SEGES nº 3/2018.
- 10.2.4.2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o HULW comunicará aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da adjudicada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pelo HULW, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos, conforme

inciso III do art. 31 da IN MP/SEGES nº 3/2018.

10.2.4.3. Persistindo a irregularidade, a HULW adotarà as medidas necessárias à rescisão do Contrato, nos autos dos processos administrativos correspondentes, assegurada à adjudicatária a ampla defesa, conforme inciso IV do art. 31 da IN MP/SEGES nº 3/2018.

10.2.4.4. Havendo o efetivo fornecimento, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, caso a adjudicatária não regularize sua situação junto ao SICAF, conforme inciso V do art. 31 da IN MP/SEGES nº 3/2018.

10.2.4.5. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pelo Superintendente, não será rescindido o Contrato na situação irregular no SICAF, conforme inciso VI do art. 31 da IN MP/SEGES nº 3/2018.

10.2.4.6. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

10.2.5. Em caso de dúvidas sobre emissão da NF-e ou mudança do enquadramento fiscal, a adjudicada deverá entrar em contato com o Setor de Contabilidade nos contatos informados na Ordem de Fornecimento.

10.2.6. A assinatura do TRP pelo Fiscal de Contrato é pré-requisito para abertura de processo de pagamento de 80% (oitenta por cento) do valor referente à quantidade de equipamentos entregues.

10.2.7. A assinatura do TRD pelo Gestor de Contrato é pré-requisito para o pagamento dos 20% (vinte por cento) do valor referente à quantidade de equipamentos entregues, restantes.

10.2.8. Em caso de posicionamento sobre pagamento de NF-e após os prazos estabelecidos, a adjudicada poderá entrar em contato com o Setor de Gestão Orçamentária e Financeira ou Unidade de Execução Orçamentária.

11. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade **pregão**, em sua forma **eletrônica**, com critério de julgamento **menor preço** e modo de disputa **aberto**, nos termos do parágrafo único, do art. 28, inciso I, da Lei 14.133/2021 c/c art. 32, inciso IV, da Lei nº 13.303/2016. Justifica-se necessária a aquisição nesta modalidade de modo a permitir a obtenção de proposta mais vantajosa.

11.2. Sistema de Registro de Preços e Intenção de Registro de Preços:

11.2.1. A presente contratação será realizada por meio de Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme previsto no art. 3º do Decreto nº 11.462 /2023, em razão da necessidade de aquisições com entregas parceladas, considerando a possibilidade de a contratante ainda não estar apta para operacionalizar integralmente todos os equipamentos dimensionados ou desejar ampliar seus serviços conforme a evolução de suas necessidades institucionais.

11.2.2. Em consonância com os incisos I, II e V do art. 3º do Decreto nº 11.462/2023, a adoção do SRP justifica-se pela necessidade de contratações frequentes, em quantidades variáveis e unitárias, bem como pela possibilidade de ampliação do atendimento a outros Hospitais Universitários Federais da Rede EBSEH/HU Brasil, seja como participantes da licitação ou por meio de adesão tardia à Ata de Registro de Preços (ARP).

11.2.3. A ARP poderá ser utilizada, durante sua vigência, por qualquer órgão ou entidade responsável pela execução das atividades previstas no art. 1º da Lei nº 13.303/2016, desde que, na hipótese de adesão, haja anuência do órgão gerenciador, devidamente justificada a vantagem da adesão e observadas as normas legais aplicáveis, inclusive o Decreto nº 8.945/2016, o RCC 3.0 e o Decreto nº 11.462 /2023.

11.2.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

11.2.5. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

11.2.6. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

11.2.7. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

11.2.8. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

11.2.8.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

11.2.8.2. A possibilidade de adesão, ordinária ou extraordinária, à Ata de Registro de Preços, representa importante instrumento para que os HUF da Rede EBSEH/HU Brasil possam adquirir equipamentos homologados em procedimento licitatório prévio, com aproveitamento do melhor preço registrado, especialmente em situações de urgência ou emergência, promovendo maior eficiência, celeridade e redução de custos operacionais, bem como mitigando a necessidade de abertura de novos processos licitatórios ou de contratações diretas, que deverão ocorrer apenas em situações excepcionais e devidamente justificadas.

11.2.9. Da Intenção de Registro de Preços (IRP):

11.2.9.1. O detalhamento sobre a avaliação de conveniência de IRP encontram-se no ETP (60182297).

11.3. O procedimento de aquisição será conduzido com base na documentação produzida durante o planejamento da contratação, por meio da modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, no Portal de Compras do Governo Federal - *Compras.gov*, de acesso público na internet, de acordo com o art. 6º, inciso IV, do RCC 3.0, com adoção dos parâmetros, de forma geral, definidos na ETP e previstos neste Termo de Referência ou Edital, sem duplicidade de informação a fim de minimizar inconformidades.

11.4. Do critério de julgamento:

11.4.1. Menor preço e conforme previsto no Edital desta contratação.

11.5. Da apresentação de lance ou propostas de preços:

11.5.1. O licitante deverá cadastrar sua proposta para todos os itens que quiser concorrer, conforme forma e requisitos apresentados no Edital desta contratação.

11.6. Do modo de disputa:

11.6.1. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa aberto, conforme determinado no Edital desta contratação.

11.7. Do intervalo entre lances:

11.7.1. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, será de 1%.

11.8. Do tratamento diferenciado para microempresas e empresas de pequeno porte:

11.8.1. A reserva de percentual para ME/EPP pode gerar aquisição de diferentes marcas e modelos de um mesmo equipamento, comprometendo:

11.8.1.1. Padronização e disponibilidade operacional;

11.8.1.2. Treinamento e usabilidade dos usuários;

11.8.1.3. Gerenciamento de alarmes e rotinas em áreas críticas;

11.8.1.4. Segurança do paciente;

11.8.1.5. Manutenção, pois exige múltiplas peças, suprimentos e conhecimentos técnicos; e

11.8.1.6. Fluxo de aquisição de insumos e acessórios, aumentando complexidade e custos.

11.8.2. Além disso, trabalhar com um único fornecedor reduz custos administrativos, evita incompatibilidades entre insumos/acessórios e otimiza o gerenciamento contratual. Assim, não haverá tratamento difetenciado para ME/EPP.

11.9. Das condições de participação:

11.9.1. Observância às previsões constantes na política de transações com partes relacionadas da Ebserh/HU Brasil.

11.9.2. Formalização de declaração de não enquadramento nas hipóteses de impedimento indiretos previstos no art. 70 do Regulamento Compras e Contratos RCC 3.0; declaração de não enquadramento dos impedimentos do art. 18, inciso XI, da [Lei nº 15.080, de 30 de Dembro de 2024](#).

11.9.3. Apresentar proposta de forma clara e objetiva conforme descrito neste Termo de Referência

11.10. Das condições para contratação do fornecedor:

11.10.1. Da Habilitação Jurídica:

11.10.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.10.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no [sítio www.portaldoempreendedor.gov.br](#);

11.10.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

- 11.10.1.4. No caso de sucursal, filial ou agência: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 11.10.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 11.10.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o artigo 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 11.10.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 11.10.1.8. No caso de exercício de atividade de relativa ao objeto licitado, conforme Termo de Referência;
- 11.10.1.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações relevantes ao objeto desta Licitação e à composição societária atual da empresa ou da última consolidação.
- 11.10.2. **Da Regularidade Fiscal e Trabalhista:**
- 11.10.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 11.10.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 11.10.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 11.10.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 11.10.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estaduais, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 11.10.2.6. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- 11.10.3. **Da Qualificação Econômico-Financeira:**
- 11.10.3.1. certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- 11.10.3.2. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício sociais, comprovando:
- 11.10.3.2.1. a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes desta contratação será verificada mediante a obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:
- LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo / Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
- SG = Ativo Total / Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
- LC = Ativo Circulante / Passivo Circulante
- 11.10.3.3. no caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido do licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (art. 3º do Decreto n.º 8.538/2015);
- 11.10.3.4. as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;
- 11.10.3.5. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social;
- 11.10.3.6. os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 11.10.3.7. os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 11.10.3.8. as empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10 % do valor da proposta apresentada para a contratação ou item pertinente;
- 11.10.3.9. O percentual de 10% foi definido com base no art. 24 da IN SEGES/MP nº 03/2018 por se tratar de valor razoável para o porte de uma licitante capaz de realizar toda a logística necessária para execução do contrato em tela;
- 11.10.4. **Da Qualificação Técnica**
- 11.10.4.1. Apresentar atestado(s) de capacidade técnico-operacional que comprove ter a licitante aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desse Instrumento.
- 11.10.4.1.1. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.
- 11.10.4.1.2. Os atestados de capacidade técnico-operacional deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.
- 11.10.4.1.3. O licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.
- 11.10.4.2. Todos os equipamentos, *softwares*, sistemas, partes, peças e acessórios ofertados deverão possuir, quando aplicável, Registro de Produto na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) válido. Caso algum equipamento, *software*, sistema, parte, peça ou acessório, não seja passível de registro na ANVISA, caberá ao Proponente demonstrar isto apresentando documento emitido pela ANVISA.
- 11.10.4.2.1. Estando o registro vencido, a licitante deverá apresentar cópia autenticada e legível do protocolo da solicitação de sua revalidação, acompanhada de cópia do registro vencido, desde que a revalidação do registro tenha sido requerida no primeiro semestre do último ano do quinquênio de sua validade, nos termos e condições previstas no § 6º do art. 12 da [Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976](#).
- 11.10.4.2.2. Não será aceito número de protocolo de processo de solicitação de Registro/Isenção de Registro ou documento provisório para o mesmo fim;
- 11.10.4.2.3. A não apresentação do registro ou do protocolo do pedido de revalidação implicará na desclassificação do item cotado.
- 11.10.4.3. Apresentar cópia do manual do equipamento, na forma de cópia xerográfica ou digital (CD), para comprovação do atendimento às exigências do edital relativas às especificações técnicas. Todos os manuais poderão ser apresentados na forma de cópia xerográfica ou digital (CD), ficando condicionada a entrega dos originais em português por ocasião do recebimento dos equipamentos. Quando tratar-se de Produto Regulado pela ANVISA a licitante poderá, para comprovação das especificações técnicas, além do documento "Instruções de Uso" (Manual) do item ofertado apresentar também documentação técnica complementar registrada na ANVISA, não sendo aceito documento não registrado na ANVISA para comprovação das especificações técnicas quando o item ofertado tratar-se de Produto Registrado neste órgão. Serão considerados como documentação técnica os manuais e relatórios técnicos dos fabricantes, aprovados e integrantes dos processos de registro de produto na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) de acordo com a legislação sanitária em vigor em especial, Lei nº 6.360 (seis mil trezentos e sessenta), de 23 (vinte e três) de setembro de 1976 (um mil novecentos e setenta e seis), Lei número 6.437 (seis mil quatrocentos e trinta e sete), de 20 (vinte) de agosto de 1977 (um mil novecentos e setenta e sete), Decreto número 8.077 (oito mil e setenta e sete), de 14 (quatorze) de agosto de 2013 (dois mil e treze), e RDC ANVISA número 185 (cento e oitenta e cinco), de 22 (vinte e dois) de outubro de 2001 (dois mil e um).
- 11.10.4.3.1. Para os fins de verificação de conformidade da documentação, o Proponente deverá destacar e indicar nos documentos apresentados, o local em que se encontram as informações técnicas que evidenciam o cumprimento dos requisitos estabelecidos nas especificações dos equipamentos listados no Anexo I - Especificações Técnicas e Requisitos (por Item) (60182542). As informações devem ser apresentadas por meio de planilha contendo todos os itens das Especificações Técnicas, com uma coluna indicando a página do manual registrado na ANVISA que se encontra a respectiva especificação.
- 11.10.4.3.2. Não serão aceitos equipamentos com modulações ou variações, ou seja, equipamentos que sofram transformações ou adaptações em suas configurações sem que haja um padrão, conforme manual registrado na ANVISA, apenas para atender o edital.
- 11.10.4.4. Apresentar cópia do manual de serviço do equipamento, contendo esquemas eletrônicos, eletromecânicos, pneumáticos, procedimentos de calibração, lista de equipamentos necessários à manutenção corretiva, calibração, desenho explodido e lista completa de peças, com respectivos códigos, podendo, entretanto, exigir sigilo em função do seu direito à propriedade industrial ou intelectual, se indicado. É admitida a apresentação de declaração de compromisso de entrega futura dos manuais pelo licitante, quando da avaliação deste critério pela comissão de licitação.
- 11.10.5. **Da Apresentação da Proposta:**
- 11.10.5.1. A proposta deve conter explicitamente Marca, Modelo e ANVISA (se aplicável) do item ofertado, além do número de Regularização do Produto junto à ANVISA ou comprovante de Produto Não Regulado pela ANVISA, conforme estabelecido na Qualificação Técnica.
- 11.10.5.2. O Proponente deverá apresentar a documentação com a descrição técnica detalhada dos equipamentos, sua funcionalidade, suas características físicas, elétricas e de desempenho, e demais informações necessárias para demonstrar as características do produto, conforme Registro de Produto na ANVISA.
- 11.10.5.2.1. As especificações técnicas deste edital estabelecem as características mínimas a serem atendidas pelos equipamentos ofertados. As empresas Proponentes deverão obrigatoriamente descrever e detalhar todos os seus equipamentos, partes, componentes, *softwares* e acessórios em sua proposta comercial devendo todas as suas características serem comprovadas em manuais, catálogos e *datasheets* apresentados. Deve ainda, informar obrigatoriamente marca e modelo e o *part-number*, quando aplicável, de todos esses.
- 11.10.5.3. A proposta deverá contemplar todos os testes operacionais, de desempenho, qualificações (instalação, operação e desempenho), certificações e/ou calibrações exigidos pelas normas técnicas vigentes, garantindo a conformidade e a plena funcionalidade dos equipamentos. Para a realização desses procedimentos o fornecedor deve prever todos os materiais e/ou insumos, com data de validade que não esteja expirada na data de execução do serviço.
- 11.10.5.4. A garantia ofertada deverá estar explicitamente descrita na proposta e deverá atender às condições descritas neste Termo de Referência.
- 11.10.5.5. A Vida Útil do equipamento, em anos, deve estar explicitada na proposta, caso não conste explicitamente no manual do EMH.
- 11.10.6. **Das Declarações:**
- 11.10.6.1. Declaração, assinada pelo Responsável Técnico e/ou Legal da Empresa, garantindo que possui após a instalação dos equipamentos, assistência técnica, treinamento de operação,

| | |
|--------------|--|
| | treinamento de manutenção, calibração, manutenção preventiva, manutenção corretiva, peças de reposição, material de consumo e compromisso de apresentar quando solicitado, justificativa de preços praticados no mercado correspondentes às partes e peças dos equipamentos da proposta durante a vida útil do equipamento. |
| 11.10.6.2. | Declaração em que conste o endereço de assistência técnica à solução, bem como o número telefônico e <i>e-mail</i> para chamados técnicos. |
| 11.10.6.3. | Apresentar declaração de que as peças de reposição estarão disponíveis no mercado, para aquisição futura, por toda a vida útil do equipamento e que serão fornecidas ao HULW para reparo dos equipamentos. |
| 11.10.6.4. | As declarações podem ser emitidas em um único documento ou de forma segregada. |
| 11.10.7. | Do Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin) |
| 11.10.7.1. | Constatado o atendimento às exigências de habilitação, será realizada consulta ao Cadin, sendo que a existência de registro constitui fator impeditivo para que o licitante seja declarado vencedor , nos termos do art. 6º, inciso III, e art. 6º-A, da Lei n.º 10.522/2002. |
| 11.10.7.1.1. | Pode ser realizada diligência para oportunizar a comprovação de regularização da situação que deu causa à inclusão no Cadin, nos termos do art. 2º, §§ 5º e 6º, da Lei nº 10.522/2002; |
| 11.10.7.1.2. | Inexistindo registro no Cadin ou comprovada a regularização da situação que deu causa ao registro, será o licitante declarado vencedor; |
| 11.10.7.1.3. | A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a celebração do contrato ou instrumento equivalente, nos termos do art. 2º, §§ 5º e 6º, da Lei nº 10.522/2002; |
| 11.10.7.1.4. | pode ser realizada diligência para oportunizar a comprovação de regularização da situação que deu causa à inclusão no Cadin, nos termos do art. 2º, §§ 5º e 6º, da Lei nº 10.522/2002. |
| 11.10.8. | Do Fornecimento de Amostras: |
| 11.10.8.1. | A finalidade da amostra é permitir que a área técnica, no julgamento da proposta, possa se certificar de que o item proposto pelo licitante atende a todas as condições e especificações técnicas indicadas na sua descrição, tal como constante no Edital. |
| 11.10.8.2. | Havendo aceitação da proposta, caso a contratante julgar necessário, poderá ser solicitada amostra dos EMH ofertados para avaliação objetiva do atendimento das especificações técnicas exigidas neste instrumento. A exigência de amostra será somente para o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, sob pena de não aceitação da proposta. |
| 11.10.8.3. | A avaliação será conduzida pelo Setor de Engenharia Clínica (STEC) do HULW, com apoio da área assistencial demandante. A análise contemplará, entre outros aspectos: <div><div>I - conformidade com as especificações técnicas do Termo de Referência;</div><div>II - funcionalidade do equipamento e desempenho técnico;</div><div>III - ergonomia e facilidade de operação;</div><div>IV - qualidade construtiva;</div><div>V - compatibilidade com a rotina assistencial, com atendimento aos requisitos legais, executando suas funções com eficácia e segurança, de acordo com a finalidade atribuída ao produto.</div></div> |
| 11.10.8.4. | As avaliações das amostras deverão ser agendadas e realizadas no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da solicitação formal da amostra pelo Agente de Licitações no respectivo Pregão Eletrônico. Será desclassificada a proposta cuja respectiva amostra solicitada não seja entregue dentro deste prazo. |
| 11.10.8.5. | A quantidade de amostras deverá ser de 01 (uma) unidade por item e poderão ser entregues e montadas no seguinte endereço: Rua Tabelião Stanislaw Eloy s/n, CEP: 58050 - 585, Município: 2051 - João Pessoa, Bairro: Castelo Branco, Cidade Universitária/UEPB - Campus I. O horário é das 07:00 às 11:00 e 13:00 às 16:00. |
| 11.10.8.5.1. | As datas e horários da avaliação deverão ser devidamente agendados entre a CONTRATANTE e a LICITANTE, sendo publicadas pelo Agente de Licitações no respectivo Pregão Eletrônico. |
| 11.10.8.6. | Estas avaliações poderão ser acompanhadas por quaisquer licitantes interessados, sendo tal acesso limitado a uma única pessoa por licitante, devidamente identificada por meio de crachá, na condição de ouvinte, ou seja, não lhe será permitida qualquer interferência nos testes. |
| 11.10.8.7. | Nas datas e horários agendados para avaliação, a licitante deverá encaminhar as amostras juntamente com um técnico, devidamente identificado por meio de crachá, para acompanhar a avaliação da amostra. Será desclassificada a proposta, da empresa que não disponibilizar um técnico durante as datas e horários da avaliação da amostra. A critério <u>exclusivo</u> da CONTRATANTE a presença de um técnico da LICITANTE poderá ser dispensada. |
| 11.10.8.8. | No caso de solicitação de amostra para validação técnica, como condição mínima exigida para a realização da demonstração cabe às empresas: <div><div>11.10.8.8.1. Fornecer todos os acessórios, consumíveis e componentes necessários ao correto funcionamento do equipamento durante a avaliação;</div><div>11.10.8.8.2. Realizar a instalação da amostra e garantir condições adequadas de funcionamento; e</div><div>11.10.8.8.3. Fornecer assessoria técnica durante o período de testes do equipamento.</div></div> |
| 11.10.8.9. | A amostra deverá estar devidamente identificada com o nome da licitante e com o respectivo Manual do Equipamento registrado na ANVISA, se for o caso. |
| 11.10.8.10. | O tempo requerido para a realização dos testes será de 05 (cinco) dias úteis, contados da data final estabelecida para a instalação da amostra. |
| 11.10.8.11. | Durante o período de avaliação, caso a amostra apresente problema de funcionamento, a licitante responsável deverá providenciar sua retirada imediata para reparos ou substituição. Um novo agendamento deverá ser realizado dentro do prazo estabelecido nesta sessão, não sendo passível de prorrogação. Caso não seja enviado nova amostra ou apresente novo problema de funcionamento, a proposta será desclassificada. |
| 11.10.8.12. | Após a avaliação realizada, as amostras deverão ser retiradas, num prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da solicitação do pregoeiro. Caso o proponente não solicite a devolução da amostra no prazo informado, elas poderão ser descartadas ou utilizadas pela Ebserh/HU Brasil, conforme conveniência. |
| 11.10.8.13. | Durante o período de avaliação, deverá ser emitido pela contratante um relatório de avaliação da amostra, explicitando o atendimento ou não atendimento da amostra às especificações técnicas do edital durante a avaliação. Devendo este relatório de avaliação da amostra ser devidamente publicado pelo Agente de Licitações no respectivo Pregão Eletrônico |
| 11.10.8.14. | Será desclassificada a proposta cuja amostra não atender às especificações técnicas do edital durante a avaliação. |
| 11.10.8.15. | Nenhum componente dos equipamentos especificados poderá apresentar qualquer conexão, fios, jumpers ou outros elementos que indiquem erro ou imprecisão de projeto da parte do fabricante ou do montador/integrador. |
| 11.10.8.16. | Não serão aceitos equipamentos descontinuados pelo fabricante. |
| 12. | DA INDICAÇÃO DE SIGILO DO ORÇAMENTO E DA ESTIMATIVA DE PREÇOS |
| 12.1. | Com a finalidade de averiguar o custo da contratação e obter o valor de referência para o certame, foi elaborada pesquisa de preços, em plataforma eletrônica, com base nos parâmetros e metodologias previstas na Norma Operacional - SEI nº 3/2024/SCCEN/CAD/DAI-EBSERH . |
| 12.2. | Conforme previsto no art. 30 do RCC 3.0 e art. 34, § 1º, da Lei nº 13.303/2016 a pesquisa de preços e o valor estimado serão considerados sigilosos. |
| 12.3. | Os resultados da pesquisa de preços encontram-se consolidados no Relatório - SEI nº34 (60449325). |
| 13. | DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA |
| 13.1. | Por se tratar de licitação para registro de preços, a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento equivalente, sendo dispensada no planejamento da contratação, nos termos do art. 108 do RCC 3.0. |
| 14. | SUBCONTRATAÇÃO, CONSÓRCIO OU ALTERAÇÃO SUBJETIVA |
| 14.1. | Da Subcontratação |
| 14.1.1. | Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório. |
| 14.2. | Da participação de consórcios |
| 14.2.1. | Não será admitida a formação de consórcios para a finalidade desta licitação tendo em vista que não há qualquer restrição a competitividade por se tratar de equipamentos de baixa complexidade. |
| 14.3. | Da Alteração Subjetiva |
| 14.3.1. | É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/por outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica: <div><div>14.3.1.1. todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;</div><div>14.3.1.2. sejam mantidas e as demais cláusulas e condições do contrato;</div><div>14.3.1.3. não haja prejuízo à execução do objeto pactuado; e</div><div>14.3.1.4. haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.</div></div> |
| 15. | DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS |
| 15.1. | Pela inexecução total ou parcial do contrato, a CONTRATANTE poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções: <div><div>15.1.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a CONTRATANTE;</div><div>15.1.2. Multa: <div><div>15.1.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor total do contrato em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo</div></div></div></div> |

quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

- 15.1.2.2.0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 15.1.2.3.0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 15.1.2.4.0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas abaixo; e
- 15.1.2.5.0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração Contratante a promover a rescisão do contrato.

15.1.2.5.1. Para efeito de aplicação de multas apresentadas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas a seguir:

| Tabela 1 | |
|----------|--|
| GRAU | CORRESPONDÊNCIA |
| 1 | 0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 2 | 0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 3 | 0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 4 | 1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 5 | 3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato |

| Tabela 2 | | |
|------------------------------------|---|------|
| INFRAÇÃO | | |
| ITEM | DESCRIÇÃO | GRAU |
| 1 | Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência e por dia; | 05 |
| 2 | Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por unidade de atendimento e por dia; | 04 |
| 3 | Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia; | 03 |
| 4 | Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia; | 02 |
| 5 | Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia; | 03 |
| Para os itens a seguir, deixar de: | | |
| 6 | Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia; | 01 |
| 7 | Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência e por dia; | 02 |
| 8 | Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia; | 01 |
| 9 | Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item, por ocorrência e por dia; | 03 |
| 10 | Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato, por ocorrência e por dia; | 01 |
| 11 | Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA, por empregado e por dia. | 01 |

- 15.1.3.As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 15.1.4.Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh/HU Brasil, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- 15.1.4.1.A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar poderá também ser aplicada à empresa que:
- 15.1.4.1.1.tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 15.1.4.1.2.tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 15.1.4.1.3.demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh/HU Brasil em virtude de atos ilícitos praticados;
- 15.1.4.1.4.convocado dentro do prazo de validade da sua proposta ou da vigência da ata de registro de preços, não celebrar o contrato;
- 15.1.4.1.5.deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 15.1.4.1.6.prestar declaração falsa exigida para o certame ou durante a execução do contrato;
- 15.1.4.1.7.ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 15.1.4.1.8.não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 15.1.4.1.9.praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 15.1.4.1.10.após manifestar formalmente interesse na prorrogação do contrato, não celebrar o aditivo de prorrogação.
- 15.1.4.1.11.comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.
- 15.2.As sanções de advertência e de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh/HU Brasil poderão ser aplicadas juntamente com multa.
- 15.3.As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 15.4.A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Ebserh/HU Brasil.
- 15.5.A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no RCC 3.0 e, subsidiariamente, a Lei n.º 9.784/1999, não podendo o prazo concedido para apresentação de defesa prévia ser inferior a 10 (dez) dias úteis.
- 15.5.1.A comunicação do ato para fins de contagem de prazos será feita, preferencialmente, na forma eletrônica, desde que haja confirmação de recibo por parte da CONTRATADA.
- 15.6.Aplicada a sanção de multa, deverão ser adotadas as seguintes medidas de cobrança administrativa do débito:
- 15.6.1.emissão de Guia de Recolhimento da União (GRU) e envio para pagamento pelo fornecedor sancionado;
- 15.6.2.não realizado o pagamento da GRU, compensação total ou parcial do débito com eventuais créditos, inclusive pagamentos pendentes, que o fornecedor sancionado possua com a Ebserh/HU Brasil, ainda que decorrentes de outros ajustes;
- 15.6.3.na hipótese de não existirem créditos disponíveis ou se forem insuficientes para quitar o débito, execução da garantia prestada pelo fornecedor sancionado, se houver;
- 15.6.4.não havendo garantia a ser executada, parcelamento total ou parcial do débito, mediante negociação entre a Ebserh/HU Brasil e o fornecedor sancionado.
- 15.6.4.1.O parcelamento não se aplica à parcela do débito a ser compensada com eventuais créditos ou executada da garantia prestada, se houver.
- 15.7.A CONTRATANTE deverá consultar, antes de cada pagamento, o cadastro único de multas de que trata o art. 225, § 2º, do RCC 3.0, devendo-se proceder à compensação total ou parcial caso seja identificada a existência de débito não quitado pelo credor do pagamento, com a respectiva atualização ou baixa no cadastro.
- 15.8.Poderá ser suspensa a cobrança de multas, em caráter excepcional, pelo período de até 90 (noventa) dias, nas situações que envolvem o enfrentamento de impactos decorrentes de calamidade pública ou de emergência de saúde pública.
- 15.9.Esgotadas as medidas administrativas sem a integral quitação do débito, os autos serão remetidos à Consultoria Jurídica da Ebserh/HU Brasil, para análise da viabilidade de cobrança judicial.
- 15.10.A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Ebserh/HU Brasil, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.
- 15.11.No caso de infração que possa acarretar a sanção de multa ou de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar, poderá ser firmado Termo de Ajustamento de Conduta como medida alternativa à instauração ou ao prosseguimento do processo administrativo sancionador, nos termos do art. 221 do RCC 3.0.
- 15.12.É admitida a reabilitação do fornecedor sancionado, desde que atendidos, cumulativamente, os requisitos do art. 226 do RCC 3.0.
- 15.13.Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei n.º 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização (PAR).
- 15.14.A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei n.º 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 15.15.O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 15.16.Após o trânsito em julgado do processo, as sanções administrativas aplicadas pela Ebserh/HU Brasil deverão ser registradas e publicadas no Sicaf, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e, no caso de sanção de multa, no Cadin, nos termos da Lei n.º 10.522/2002.
- 15.16.1.Quando a sanção aplicada decorrer de Processo Administrativo de Responsabilização (PAR), os dados relativos à penalidade deverão ser incluídos no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), nos termos da Lei n.º 12.846/2013, ou em outras plataformas de cadastro de inadimplentes de pessoas jurídicas autorizadas pela Ebserh/HU Brasil.
- 15.17.As sanções aplicadas pelos Hospitais Universitários e pela Administração Central terão abrangência no âmbito de toda a Rede Ebserh/HU Brasil.
- 16.DA DEFINIÇÃO DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

- 16.1. **Das obrigações da CONTRATANTE:**
- 16.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
- 16.1.2. Prestar à CONTRATADA, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias à entrega dos equipamentos.
- 16.1.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- 16.1.4. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- 16.1.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, por meio de comissão, servidor ou empregado especialmente designado.
- 16.1.6. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.
- 16.1.7. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 16.1.8. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 16.1.9. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
- 16.1.10. Nomear Gestor e Fiscais para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 16.1.11. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade;
- 16.1.12. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017;
- 16.1.13. Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na legislação e neste contratação;
- 16.1.14. Adotar as medidas judiciais cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
- 16.1.15. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do bem e notificações expedidas;
- 16.1.16. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 16.2. **Das obrigações da CONTRATADA:**
- 16.2.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 16.2.2. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE.
- 16.2.3. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital, seus anexos e respectivas ordens de fornecimento.
- 16.2.4. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso.
- 16.2.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- 16.2.6. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.
- 16.2.7. Comunicar à Contratante, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 16.2.8. Manter, durante toda a execução da ata de registro de preço, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 16.2.9. Indicar preposto para representá-la durante a execução da ata de registro de preço.
- 16.2.10. Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc.
- 16.2.11. Os custos de instalação e de manutenção serão de responsabilidade da CONTRATADA durante o período de garantia.
- 16.2.12. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF), a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da ata de registro de preço, até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao do fornecimento do material, os seguintes documentos:
- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- 16.2.13. Os custos de instalação, transporte (inclusive de envio para assistência) e de manutenção serão de responsabilidade da CONTRATADA urante o período de garantia.
- 16.2.14. Entregar os equipamentos com todo suporte logístico necessário para a movimentação até sala específica da Unidade Física do HULW indicada pelo Setor de Engenharia Clínica, inclusive quanto à movimentação interna nas dependências da Unidade Física do HULW.
- 16.2.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos caracterizados pelo art. 196 do Regulamento de Compras e Contratos - RCC 3.0;
- 16.2.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;
- 16.2.17. Não dar causa à mora ou descumprimentos da obrigações da CONTRATANTE, inclusive com relação aos documentos necessários para que seja realizado o pagamento;
- 16.2.18. Realizar treinamento de operação do equipamento para usuários e de serviço para os técnicos indicados em até 10 turmas e podendo abranger todos os turnos (manhã, tarde e noite, se necessário);
- 16.2.19. Poderá ser aceito à critério da área demandante, e pactuado com a área requisitante, treinamentos remotos síncronos.
- 16.2.20. Disponibilizar com a entrega do equipamento cópia do manual de serviço do equipamento contento esquemas eletrônicos, eletromecânicos, pneumáticos, procedimentos de calibração, lista de equipamentos necessários à manutenção corretiva, calibração, desenho "explodido" e lista completa de peças, com respectivos códigos, podendo, entretanto, exigir sigilo em função do seu direito à propriedade industrial ou intelectual, nos casos em que couber e conforme requisito de habilitação;
- 16.2.21. Todos os manuais poderão ser apresentados na forma de cópia xerográfica ou digital (CD), ficando condicionada a entrega dos originais em português por ocasião do recebimento dos equipamentos;
- 16.2.22. Fornecer equipamentos sem nenhum tipo de alteração na identificação, raspagem ou selagem dos componentes internos de seus circuitos.
- 16.2.23. Manter todos os dados cadastrais atualizados, em especial, telefone e endereço eletrônico, bem como os dados do Representante Legal com poderes para assumir responsabilidades, firmar acordos e compromissos e assinar instrumentos contratuais e de Testemunha para assinar em conjunto os instrumentos obrigacionais, informando prontamente a CONTRATANTE sobre quaisquer alterações dos dados cadastrais fornecidos;
- 16.2.24. Assegurar a oferta de todos os componentes e todas as peças de reposição para a empresa de engenharia clínica contratada pela CONTRATANTE, para prestar serviços de manutenção corretiva, preventiva e calibrações nos equipamentos médico-hospitalares adquiridos por meio deste Termo de Referência;
- 16.2.25. Assinar, caso necessário, o Termo de Quitação ao final da execução contratual, sendo condição indispensável para a liberação do pagamento final e para o cumprimento das demais disposições contratuais estabelecidas neste Termo de Referência.
- 16.2.25.1. A não assinatura do Termo de Quitação pela contratada implicará na retenção do pagamento final até que todas as pendências documentais sejam regularizadas, sem prejuízo das demais sanções contratuais que poderão ser aplicadas, conforme o disposto neste Termo de Referência.
- 16.2.25.2. O Termo de Quitação deverá detalhar todas as obrigações ainda pendentes entre as partes, evidenciando o cumprimento integral dos compromissos assumidos pela contratada e contratante ao longo da execução contratual.
- 16.2.26. Os pedidos de informações e documentos realizados para fins de alteração ou prorrogação contratual realizados pela Unidade de Contratos ou pelo Gestor do Contrato deverão ser atendidos no prazo determinado na comunicação realizada ou no prazo de 5 (cinco) dias úteis na ausência de prazo específico.
17. **DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**
- 17.1. Não será exigida garantia de execução do contrato pois os riscos da fase de Gestão do Contrato serão prevenidos e contingenciados conforme definido no Mapa de Riscos (60194508)
18. **DA MATRIZ DE RISCOS**
- 18.1. Não se aplica para presente contratação a matriz de riscos como "cláusula contratual definidora de riscos e de responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação."

18.2. A equipe de planejamento da contratação, no uso das atribuições definidas na Portaria - SEI nº 151 de 18 de março de 2026 (59417407) e no Regulamento de Compras e Contratos RCC 3.0., **APROVA** o teor deste Termo de Referência e seus anexos, bem como o Estudo Técnico Preliminar (60182297) e o Mapa de Riscos (60194508).

(Assinado eletronicamente)
Brenna Fraga de Souza Lima
Cargo: Chefe do Setor de Engenharia Clínica
Coordenador(a) da EPC

(Assinado eletronicamente)
Felipe Luiz Pereira Do Nascimento
Cargo: Engenheiro Clínico
Integrante Demandante da EPC

(Assinado eletronicamente)
Hendrio Henrique de Oliveira Santiago
Cargo / Função: Chefe do Setor de Administração
Integrante Demandante ou Administrativo da EPC

18.3. Com base na delegação de competências estabelecida, aprovo o Termo de Referência e encaminho ao Setor de Administração para proceder à instrução do processo administrativo.

(assinado eletronicamente)
André Luis Coelho Fernandes
Gerente Administrativo do HULW



Documento assinado eletronicamente por **Brenna Fraga de Souza Lima, Chefe de Setor**, em 04/05/2026, às 14:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE LUIZ PEREIRA DO NASCIMENTO, Engenheiro(a) Clínico(a)**, em 04/05/2026, às 14:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Coelho Fernandes, Gerente**, em 04/05/2026, às 16:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Hendrio Henrique de Oliveira Santiago, Chefe de Setor**, em 05/05/2026, às 08:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **60182322** e o código CRC **400DF768**.

Referência: Processo nº 23539.004359/2026-21 SEI nº 60182322